



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS –
LICENCIATURA**

ALINE CAMILA VIDAL

**MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA:
Assentamento Egídio Brunetto - PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

ALINE CAMILA VIDAL

**MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA:
Assentamento Egídio Brunetto - PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado.

Orientadora: Prof.^a Dra. Siomara Aparecida Marques.

LARANJEIRAS DO SUL

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Vidal, Aline Camila

Mulheres Camponesas na Luta pela Terra: Assentamento
Egídio Brunetto - PR/ Aline Camila Vidal. -- 2017.
43 f.:il.

Orientadora: Siomara Aparecida Marques.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
interdisciplinar em educação do campo ciências sociais e
humanas - licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Mulheres Camponesas. 2. Luta pela Terra. 3.
Educação do Campo/Educação Popular. I. Marques, Siomara
Aparecida, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



ALINE CAMILA VIDAL

**MULHERES CAMPONESAS NA LUTA PELA TERRA: Assentamento
Egídio Brunetto - PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Laranjeiras do Sul*.

Orientador: Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques

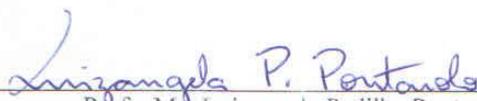
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

23 / 11 / 2017

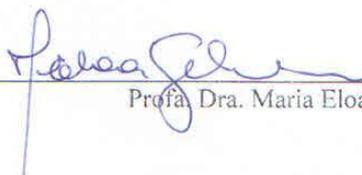
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Siomara Aparecida Marques



Profa. M^a. Luizangela Padilha Pontarolo



Profa. Dra. Maria Eloá Gehlen

Dedico este trabalho aos meus amados pais e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com conhecimentos, aprendizados e experiências no decorrer destes anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido chegar até aqui, à Universidade Federal da Fronteira Sul e ao Curso por proporcionar esta experiência em educação do campo, à minha família a qual sempre me apoiou e incentivou, a todos (as) os professores (as), os quais fizeram parte desta trajetória, especialmente a orientadora Prof^a Dra. Siomara, pela orientação e disposição na elaboração deste trabalho e a todos que de alguma forma contribuíram e fizeram parte desta trajetória e de minha formação.

RESUMO

Este trabalho relata a mulher camponesa na luta pela terra, apresentando uma contextualização histórica das lutas dos movimentos sociais pela terra, focando no Assentamento Egídio Brunetto e na participação das mulheres na organização do mesmo em diferentes momentos, como no período de acampamento e de assentamento. Trabalho este que tem por objetivo de pesquisa, compreender as lutas da mulher camponesa pelo acesso à terra e pela permanência, quando esta é conquistada. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo, assim como também foi realizada a revisão bibliográfica de textos publicados. A pesquisa buscou analisar o histórico de lutas realizadas pelas mulheres camponesas em busca de seus direitos, focando na luta pelo acesso à terra, a qual desencadeia uma série de outras lutas e reivindicações para melhores condições de vida no campo. Através da pesquisa foi possível constatar que muitas barreiras e preconceitos foram quebrados no decorrer dos anos por meio de muitas lutas realizadas pelas mulheres camponesas, ações nas quais se destacam as pedagogias de Educação do Campo e Educação Popular que tem um importante papel para as classes populares tanto do campo quanto da cidade, pois buscam resgatar a cultura, costumes e saberes, valorizando diferentes identidades e contribuindo para a formação de uma cultura camponesa.

Palavras-chave: Mulheres camponesas; Luta pela terra; Educação do Campo; Educação Popular.

ABSTRACT

This paper reports the peasant woman in the struggle for land, presenting a historical context of the struggles of the social movements for the land, focusing on the Egidio Brunetto Settlement and the participation of women in the organization of the same in different moments, such as during the period of encampment and settlement. The purpose of this research is to understand the struggles of peasant women for access to land and for their permanence when it is won. The methodology used is of a qualitative nature, as well as the bibliographical revision of published texts. The research sought to analyze the history of struggles by peasant women in search of their rights, focusing on the struggle for access to land, which triggers a series of other struggles and demands for better living conditions in the countryside. Through the research it was possible to verify that many barriers and prejudices have been broken over the years through many struggles carried out by peasant women, actions in which the Education of the Field and Popular Education pedagogies stand out that play an important role for the popular classes both in the countryside and in the city, since they seek to rescue culture, customs and knowledge, valuing different identities and contributing to the formation of a peasant culture.

Keywords: Peasant women; Fight for land; Field Education; Popular Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Objetivo Geral	11
1.2 Objetivos Específicos	11
1.3 Metodologia da Pesquisa	11
2. CONCEITOS E CONTEXTOS NORTEADORES PARA COMPREENDER AS LUTAS DAS MULHERES PELA TERRA	12
2.1 Gênero e patriarcado	12
2.2 Conceito de camponês	13
2.3 Concepções de Educação do Campo/Educação Popular	14
2.4 Breve contextualização histórica dos movimentos sociais e de mulheres na luta pelo acesso à terra no Brasil	16
3 DE ACAMPADAS À ASSENTADAS NO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO	20
3.1 A luta como acampada pelo acesso à terra: a vida no acampamento, seus desafios e conquistas	21
3.2 O Assentamento Egídio Brunetto: sua organização	27
4 A LUTA COMO ASSENTADA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: A VIDA NO ASSENTAMENTO E SEUS DESAFIOS E CONQUISTAS	30
5 A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA CAMPONESA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO/EDUCAÇÃO POPULAR.	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A - Roteiro de questões para as entrevistas	42
APÊNDICE B – Plano de Aula	43

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho irá retratar a importância da mulher camponesa na luta pela terra. A escolha do tema se deu no intuito de fazer uma análise do contexto histórico da importância da mulher na luta pela terra, quais as mudanças que ocorreram no decorrer dos anos, assim como também buscou-se focar no Assentamento¹ Egídio Brunetto e a participação das mulheres na conquista e organização do mesmo, assentamento este que localiza-se no município de Rio Branco do Ivaí-PR.

O Interesse por este tema/estudo se deu através de minha experiência e da experiência de mulheres da minha família e tantas outras mulheres camponesas, acampadas e assentadas em áreas de reforma agrária que lutam pelo acesso à terra, que participam de muitas lutas e desafios para conquistá-la e terem acesso a mesma e após sua conquista enfrentam outras lutas pela permanência nesta terra, na qual tem o intuito de adquirir uma moradia e fazer com que a terra dê seus frutos através da produção de alimentos (ao menos para subsistência familiar, alimentos saudáveis visando uma melhor qualidade de vida) e também ter uma geração de renda através desta terra conquistada.

Para orientar a proposta deste estudo levantam-se as seguintes questões: Quais têm sido as contribuições das mulheres na luta pela terra? De que maneira as mulheres ajudam na organização do Assentamento? Qual o papel da mulher na vida social, política, econômica, cultural e religiosa do Assentamento? Como as mulheres têm protagonizado as lutas e as resistências da classe trabalhadora camponesa na atualidade? Como as mulheres são incluídas nos princípios, normas e organização interna no Assentamento e no Movimento Sem Terra? As mulheres têm contribuído para a elevação do nível de consciência e da luta de classes desde sua realidade/assentamento? Quais têm sido os espaços de luta e resistência das mulheres nos assentamentos do MST?

Este estudo tem por finalidade a compreensão das lutas realizadas pelas mulheres camponesas tanto pelo acesso como pela permanência na terra, definindo importantes conceitos para a compreensão destas lutas, trazendo uma breve contextualização histórica das várias lutas realizadas pelos movimentos sociais na luta pela terra e analisando como se deu a participação e contribuição das mulheres nestes momentos, tanto no período de acampadas como de assentadas, identificando as formas de atuação

1 Comunidade composta por trabalhadores rurais sem-terra, os quais com muitas lutas e reivindicações adquiriram direito ao acesso e a permanência na terra (algum imóvel rural específico).

da mulher na organização do Assentamento Egídio Brunetto e quais são seus espaços de luta e resistência dentro do referido assentamento.

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa e quantitativa a qual fez uso de alguns instrumentos para coleta de dados, tais como: pesquisa de campo com entrevistas semi estruturadas e uso de questionário. A pesquisa de campo foi realizada no Assentamento Egídio Brunetto, a qual teve por finalidade entrevistar seis mulheres que participaram de todos os momentos do assentamento, principalmente as que residem no assentamento desde o momento da ocupação da área até o momento atual.

O questionário irá contribuir para uma melhor compreensão sobre o ponto de vista que as mulheres têm de sua participação e colaboração nos diferentes momentos vivenciados por elas no período de acampamento e no período de assentamento, quais foram as experiências mais marcantes, principais dificuldades, o papel da mulher nos momentos de lutas e reivindicações, de que forma ajudaram e ajudam na organização do acampamento/assentamento e qual era o objetivo ao entrar no Movimento Sem Terra.

A análise dos dados do questionário terá por finalidade estruturar os dados que foram coletados, sintetizando os mesmos para que contribuam com uma melhor análise e compreensão deste trabalho.

A análise e interpretação qualitativa dos dados da pesquisa foram concretizadas de maneira que foi possível relacionar as principais categorias teóricas deste trabalho como, gênero e patriarcado, camponês, educação do campo e educação popular, conceitos estes definidos pela pesquisa bibliográfica, com as informações que foram obtidas com a realização das entrevistas com mulheres camponesas assentadas no Assentamento Egídio Brunetto, tal relação caracteriza uma “análise de conteúdo” (MINAYO, 1994, p. 74-76).

Este estudo será dividido em três partes/capítulos, o primeiro capítulo trará uma breve contextualização histórica das lutas realizadas pelos movimentos sociais pelo acesso à terra, trazendo conceitos que auxiliam na compreensão da luta das mulheres camponesas pela terra. Em seguida, traz uma análise da participação e contribuição das mulheres no Assentamento Egídio Brunetto e finaliza com uma análise sobre a formação de uma cultura camponesa realizada pela educação do campo/ educação popular.

1.1 Objetivo Geral

- Compreender as lutas da mulher camponesa pelo acesso à terra e pela permanência quando esta é conquistada.

1.2 Objetivos específicos

- Definir os conceitos importantes para compreender a luta da mulher camponesa pela terra;
- Apresentar uma breve contextualização histórica das lutas dos movimentos sociais pela terra;
- Analisar as contribuições das mulheres na luta pela terra na fase de acampadas;
- Identificar as formas como as mulheres atuam na organização do Assentamento quanto à política, economia, cultura, educação, etc;
- Identificar os espaços de luta e resistência das mulheres no Assentamento Egídio Brunetto;
- Analisar a formação de uma cultura camponesa pela educação do campo/educação popular;

1.3 Metodologia da Pesquisa

O método de análise deste trabalho é de cunho qualitativo. O qual fez uso de alguns instrumentos para coleta de dados, tais como: pesquisa de campo (a qual foi realizada no mês de agosto de 2017) com entrevistas semi estruturadas e uso de questionário. A pesquisa de campo foi realizada no Assentamento Egídio Brunetto, a qual teve por finalidade entrevistar as mulheres que participaram de todos os momentos do assentamento, principalmente as que residem no assentamento desde o momento da ocupação da área até o momento atual. Com base nestes critérios, foram 6 (seis) mulheres entrevistadas, pois se adequavam aos critérios propostos. Também foi realizada a revisão bibliográfica de textos publicados sobre o tema de pesquisa.

2 CONCEITOS E CONTEXTOS NORTEADORES PARA COMPREENDER AS LUTAS DAS MULHERES PELA TERRA

O acesso à terra é resultado de grandes lutas e enfrentamentos realizados pelos sujeitos do campo e entre estes sujeitos encontram-se homens, mulheres, crianças e idosos, militantes, lutadores, que sonharam e sonham com uma sociedade mais justa e igualitária nesta luta constante, reivindicando vários direitos e demandas dos movimentos sociais como o acesso à terra e a reforma agrária, como o faz o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entre estes sujeitos que compõem esta massa que luta por melhores condições estão as mulheres camponesas, mulheres Sem Terra, que sempre estiveram presentes em todos estes momentos de luta, resistência e permanência na/pela terra. Portanto, este capítulo irá expor conceitos considerados importantes e que auxiliam para uma melhor compreensão da luta da mulher camponesa pela terra, assim, como, também traz uma breve contextualização histórica das lutas dos movimentos sociais no Brasil pelo acesso à terra.

Os principais conceitos que farão parte do marco teórico deste estudo são: gênero e patriarcado; o conceito de camponês; as concepções de educação do campo/educação popular nos debates teóricos da educação do campo.

2.1 Gênero e patriarcado

Conceitos como gênero e patriarcado são muito utilizados em estudos feministas, portanto, “a formulação do conceito de gênero 'leva em conta' o patriarcado e o supera, mas sua origem é na mesma preocupação política feminista: buscar as causas da opressão da mulher”. (MARQUES, 2016, p. 74). A teoria do patriarcado coloca a mulher em condição de submissão e inferioridade ao homem, por isso, a mulher e os movimentos feministas sempre buscaram a igualdade entre homens e mulheres, tanto para as mulheres da cidade como para as mulheres do campo.

As mulheres camponesas, inclusive as integrantes de movimentos sociais como por exemplo o MST, vivem em um contexto diferenciado, pois as práticas de trabalho no campo são outras, mas a dupla jornada de trabalho acontece da mesma forma, pois as mesmas dividem-se entre o trabalho agrícola e o trabalho doméstico. Porém,

frequentemente, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres não é valorizado tanto quanto o trabalho agrícola desenvolvido por elas. De acordo com Marques (2016)

A força de trabalho das mulheres camponesas na lavoura é tal qual a dos homens, porém o trabalho doméstico não tem o mesmo peso. No capitalismo o trabalho na lavoura é considerado economicamente produtivo, mesmo que muito de seu trabalho doméstico traga benefícios econômicos, este não é valorizado. (MARQUES, 2016, p. 78)

Portanto, foi uma luta das mulheres o reconhecimento por seu trabalho, o qual foi muito desvalorizado, mas, no decorrer do tempo as mulheres pouco a pouco desprendem-se e vão deixando de ser subordinadas ao homem e isso inclui a subordinação que sofrem desde a convivência familiar com o pai, irmão e marido, inclusive quanto ao direito e acesso à terra no caso da mulher camponesa. E essa é uma luta diária pela qual as mulheres se dedicam, com o intuito de romper com preconceitos e diversas formas de subordinações vivenciadas cotidianamente por muitas mulheres. (MARQUES, 2016 p. 82)

2.2 O conceito de camponês

O conceito de camponês sofreu algumas alterações no decorrer do tempo. Porém, “a origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média europeia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades”. (MARQUES, 2008, p. 60).

Camponeses estes que residem no campo, porém, são opostos aos grandes latifundiários detentores de extensas áreas de terras, pois na maioria das vezes utilizam apenas o trabalho coletivo da família para desempenhar e realizar as tarefas diárias de trabalho no campo. Portanto, vivem em disputas com o capitalismo, o qual age com domínio sobre os camponeses, os quais são frequentemente excluídos do modelo de produção/agricultura da atualidade. Costa e Carvalho (2012) afirmam que

O camponês, enquanto unidade familiar de produção e de consumo, assim como o campesinato, enquanto classe social em construção, enfrentam desafios fundamentais para garantir a sua reprodução social numa formação social sob a dominação do modo de produção capitalista: o camponês, para a afirmação da sua autonomia relativa perante as diversas frações do capital; o campesinato, para a construção de uma identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação de seus interesses de classe. Ambas, a afirmação da autonomia relativa camponesa como a construção do campesinato como classe social se inter-relacionam numa dinâmica social marcada por relações de poder em disputa. (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 116).

Por falta de incentivo à pequena produção, muitas vezes o camponês se sente desmotivado e/ou acaba endividado. Camponeses estes que contam com a mão de obra da família e, muitas vezes, produzem apenas para a subsistência da família comercializando somente o excedente. Na agricultura camponesa, principalmente por parte das mulheres, é possível notar a grande preocupação com a alimentação saudável e de qualidade a qual visa uma melhor qualidade de vida, diferenciando-se da produção capitalista que objetiva apenas o lucro, produzindo alimentos com grande quantidades de agrotóxicos e produtos que causam grandes danos e malefícios à saúde.

Dentre os diversos povos que habitam o campo estão as acampadas e assentadas em áreas de reforma agrária, camponesas que cultivam a terra desenvolvendo e executando práticas de trabalho no campo; estas camponesas/trabalhadoras são organizadas pelo MST. O Movimento que organiza a massa de trabalhadores, mas nem todos são camponeses, pois os militantes que integram o movimento são oriundos de diversas regiões, alguns são oriundos do meio rural e outros do meio urbano, portanto no acampamento nem todos os integrantes são camponeses, mas no decorrer do tempo os mesmos vão adquirindo conhecimentos e realizando as práticas fundamentais e cotidianas das quais se fazem necessárias para a vida no campo.

O fato de diversas famílias serem oriundas de cidades, muitas delas encontram certas dificuldades no convívio coletivo e com as atividades desenvolvidas no campo, também pela falta do trabalho assalariado e as condições precárias muitas vezes vivenciadas nos acampamentos, levando as a desistência do acampamento e da vida no campo. Assim como também há uma grande aceitação por parte de famílias que até então residiam na cidade e que optaram pela militância nos movimentos sociais populares e a vida no campo (acampamento²/assentamento) como uma alternativa de melhores condições de vida, com o intuito de obter um lugar melhor para morar e viver, o qual possibilite a construção de uma vida mais digna para a família em um ambiente mais saudável.

2.3 Concepções de Educação do Campo/ Educação Popular

A Educação do Campo surge como resultado de uma grande luta realizada pelos

2 Espaço de luta dos trabalhadores, militantes do MST, onde tem por objetivo reivindicar o direito ao acesso à terra, para morar, plantar, trabalhar e construir sua vida no campo.

povos do campo que há muito tempo lutam por esta política pública, afim de levar a educação a todos os povos do campo. Mas não basta apenas ser uma educação qualquer, uma educação alienadora e domesticadora que visa apenas formar os sujeitos do campo para mão de obra e força de trabalho, uma educação que esteja situada no campo, porém, reproduz os conteúdos e conhecimentos de uma educação para o meio urbano.

A Educação do campo é pensada para o sujeito do campo, uma educação diferenciada que valoriza o sujeito e sua relação com o meio em que está inserido, valorizando sua cultura, costumes e saberes, uma educação emancipadora onde vê o sujeito do campo como autor da própria história, formadora de consciência. Educação essa que visa formar os sujeitos para que os mesmos fiquem no campo produzindo e transmitindo seus conhecimentos para os demais, rompendo com a ideia de que o jovem do campo estuda para sair do campo (CALDART, 2002. p. 34).

Desta forma, a Educação do Campo busca ser uma educação do campo e no campo, ou seja não basta apenas estar situada no campo, mas deve ser uma educação pensada com e para o povo do campo. De acordo com Caldart (2002)

Os sujeitos da educação do campo são aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São os sujeitos de resistência no e do campo: sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente; sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária; sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo; sujeitos da resistência na terra dos quilombos e pela identidade própria desta herança; sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades e direitos sociais respeitados; e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas. (CALDART, 2002, p. 29)

Sujeitos estes que trazem em seu histórico de vida muita luta e resistência contra este modelo de agricultura que cada vez mais exclui o pequeno agricultor, pois tem por finalidade investir apenas em grandes propriedades com extensas áreas de monocultivo. Entre os diversos sujeitos da educação do campo estão os educadores “[...] aquele cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social...; seja educando as crianças, os jovens, os adultos ou os idosos.” (CALDART, 2002, p. 36). Desta forma, cada sujeito traz dentro de si um pouco de educador, a partir dos conhecimentos e saberes que possui.

De acordo com Paludo (2012, p. 283), além de suas propostas inovadoras e diferenciadas esse modelo/proposta de educação possibilita uma relação com a educação

popular, pois a mesma traz vários elementos fundamentais desta concepção de educação popular além de usar estes elementos na educação de determinados sujeitos, que são os sujeitos do campo.

A Educação Popular surge como uma nova proposta de educação para as classes populares tanto do campo como da cidade. Em contraposição à educação burguesa, na educação popular o fato de ensinar e aprender não ocorre somente na escola, mas em vários outros espaços e momentos vivenciados pelos sujeitos, inclusive nos momentos de lutas dos movimentos sociais, baseando-se no método de alfabetização elaborado por Paulo Freire.

2.4 Breve contextualização histórica dos movimentos sociais e de mulheres na luta pelo acesso à terra no Brasil

A história dos movimentos sociais populares na luta pela terra ocorre há muitos anos. “Na verdade a luta pela terra existe desde o dia em que os portugueses botaram os pés em nosso país. O domínio e a posse de áreas de terra fazem parte da formação das classes sociais e do poder econômico e político em nossa sociedade”. (STÉDILE; GORGEN, 1993, p. 15). No decorrer dos anos houveram vários movimentos de luta pela terra como, por exemplo, Canudos (ocorrido na Bahia), Contestado (Santa Catarina), Ligas Camponesas as quais “[...] foram o movimento mais massivo e radical na luta pela reforma agrária. Organizavam-se basicamente na região nordeste do país e tinham como lema; 'reforma agrária na lei ou na marra'.”(STÉDILE; GORGEN, 1993, p. 20).

Em se tratando especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), este inicia-se no final da década de 1970, realizando várias lutas pelo acesso à terra e a reforma agrária, em torno de um futuro e uma vida melhor para os camponeses. Entre as principais reivindicações deste movimento social na luta pela terra e a reforma agrária entre tantas outras estão educação, saúde, moradia, políticas públicas agrícolas, direito a créditos oferecidos pelo governo. De acordo com Deere (2004)

A reforma agrária estava uma vez mais na pauta nacional brasileira da década de 1980, em grande parte como resultado das ações do MST. O movimento nasceu no Sul do Brasil no final da década de 1970, em torno de uma série de ocupações. No início da década de 1980 – período de transição do regime militar para a democracia – essas ocupações tinham se espalhado nacionalmente. (DEERE, 2004, p. 177)

Atualmente fazem parte da organização do Movimento Sem Terra as discussões em torno do gênero, a qual abre um leque de possibilidades de como desenvolver práticas políticas que abrangem essa temática. Porém, nem sempre o movimento teve essa forma de pensar, pois nos anos iniciais do MST a mulher não era devidamente reconhecida e sim muito desvalorizada, era vista apenas como a companheira/esposa e não vista como uma lutadora independente de seu estado civil, foi com muito sacrifício e lutas que as mesmas conseguiram direitos de igualdade em vários espaços do movimento. De acordo com Ferrante (2013)

A história de mulheres na constituição e trajetória dos assentamentos é marcada por muitos atos de discriminação naturalizada. Discriminação respaldada pelas visões patriarcais do projeto estatal, pelo atraso na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exclusão em programas de crédito/comercialização/investimentos. As mulheres tem tido ao longo de anos, na história de muitos assentamentos, presença ativa na intermediação com o poder local, na proposição de iniciativas de diversificação produtiva, no reforço de estratégias familiares que tem se apresentado nas relações de aproximação e de conflito que permeiam a constituição deste novo modo de vida. (FERRANTE, 2013, p.195)

Quanto à luta pela terra, a mulher teve um papel muito importante e significativo para que hoje as mulheres possam fazer uso de direitos referente à terra, como por exemplo, o nome da mulher no contrato da terra que antes era apenas no nome do homem porque ele era considerado o único “chefe de família” e isso dificultava muito as condições de famílias nas quais a mulher era a chefe, ou seja, as famílias que não tinham o homem para “chefiar”, tanto que houve casos de que quando a mulher não tinha um companheiro, o titular da terra passava a ser seu filho (homem) mais velho. Portanto existia um certo preconceito tanto por parte do movimento (MST) como por parte do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), pois os mesmos não faziam questão alguma de mudar esta situação para as mulheres camponesas envolvidas na reforma agrária. Parte desse problema se deu pelo fato de haverem momentos em que o MST via o gênero e as suas especificidades como algo que iria dividir o movimento. De acordo com Deere (2004)

As questões de gênero eram vistas como questões causadoras de divisões para o movimento, especialmente em um momento (durante o governo Collor) em que as lutas pela reforma agrária estavam se tornando ainda mais disputadas e, em alguns casos, violentas. (DEERE, 2004, p. 188).

Portanto, por se tratar de um momento conflituoso, o movimento deixou mais uma vez de lado as discussões e resolução de alguns problemas e dificuldades em torno das

questões de gênero. Enquanto o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) também inferiorizava a mulher e dava alguns privilégios para o homem nas questões referentes ao uso e titulação do contrato da terra.

A mulher teve e tem um papel importante nos momentos de luta pela terra, porém, o reconhecimento por suas ações foi acontecendo aos poucos e, enquanto isso não acontecia, o que restava era lutar por igualdade de direitos dentro do mesmo espaço, espaços estes que eram e são sempre considerados coletivos nas áreas de Reforma Agrária e dentro da própria organização, já que todos no movimento lutam pela mesma causa que era e é a luta pela terra e a reforma agrária.

Na busca por essa igualdade e pelo reconhecimento de seu valor e importância, as mulheres começaram a reivindicar por seus direitos em vários âmbitos como, por exemplo, a participação nos sindicatos, nos movimentos pela reforma agrária. As mulheres começaram a se organizar e criar um movimento de mulheres e com a colaboração de algumas entidades realizaram no ano de 2000 uma grande mobilização chamada a Marcha das Margaridas³, mobilização que tinha como principal objetivo a reivindicação da titulação de terras em nome do casal. De acordo com Deere (2004)

[...] uma vez organizadas, as mulheres começaram a reivindicar o direito à terra e, consistentemente, confrontaram o Estado nessa questão, forçando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a revisar seus regulamentos.(DEERE, 2004, p. 176).

Sendo assim e como resultado de lutas e reivindicações feitas pelas mulheres e por movimentos de mulheres camponesas, o INCRA passou a igualar os requisitos entre homens e mulheres no momento de seleção dos beneficiários da Reforma Agrária, possibilitando às mulheres o direito à titulação de terras.

No decorrer dos anos e como resultado de lutas, persistência e indignações, as mulheres camponesas conseguiram muitos direitos, inclusive, o principal deles que era o acesso à terra e a igualdade de direitos e uso perante a mesma, adquirindo a titulação dos lotes em seus nomes independente de seu estado civil, assim como também conseguiram direito à aposentadoria e salário maternidade para as mulheres do campo, participação maior em sindicatos, etc... direitos estes que foram negados por um longo período. A superação também ocorreu no debate em torno do gênero; Na atualidade

3 Realizada em Brasília no ano de 2000, a Marcha das Margaridas foi uma grande mobilização realizada por mulheres camponesas as quais reivindicavam seus direitos á terra e a titulação conjunta para as propriedades.

questões de gênero tem ganhado destaque e força estando presente nas discussões do MST, fazendo parte de pautas de muitas reuniões, debates e lutas, objetivando romper com barreiras e preconceitos existentes até hoje, atualidade esta onde assegurar os direitos vem sendo um dos principais desafios.

3 DE ACAMPADAS À ASSENTADAS NO ASSENTAMENTO EGÍDIO BRUNETTO



Fonte:http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Branco_do_Ivai.

O Assentamento Egídio Brunetto é resultado de grandes lutas, realizadas por camponesas e camponeses militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), movimento este que tem a luta pelo acesso e permanência na terra, a reforma agrária e a transformação social como suas principais reivindicações.

As lutas iniciaram no ano de 2007 (ano de ocupação) com muito diálogo entre os acampados e participação coletiva, pois todos tinham o mesmo objetivo, ou seja, um lugar para morar, plantar e construir suas vidas, tirando da terra o sustento para suas famílias, principalmente com o cultivo de alimentos saudáveis através de práticas agroecológicas, práticas estas em que as mulheres se destacam, pois sempre se preocupam em oferecer uma alimentação mais saudável para suas famílias, sendo assim desenvolvem e fazem uso dessas práticas agroecológicas em seus lotes.

As lutas e desafios iniciaram no ano de 2007, porém, até ser alcançado o objetivo maior que era a conquista da terra (a área para assentamento), levaram-se alguns anos e no decorrer destes anos, as famílias passaram por momentos diversos, os quais incluíam muitas dificuldades, preconceitos, conquistas, desafios, etc... Portanto, este capítulo irá trazer uma análise de como as mulheres contribuíram e participaram com a luta pela terra, na fase de acampamento, assim como também, identificar como ocorre a sua participação e como elas atuam na organização onde moram, no Assentamento Egídio Brunetto.

3.1 A luta como acampada pelo acesso à terra: a vida no acampamento, seus desafios e conquistas

Durante o ano de 2007 famílias oriundas de diversas localidades, municípios e acampamentos, inclusive de outro acampamento que a poucos dias tinham sido despejadas, acamparam na BR 466 localizada no município de Manoel Ribas, Paraná. Com um total aproximado de 750 famílias, começaram a se organizar, distribuir tarefas e atividades essenciais para manter o convívio e organização do espaço, ficando às margens dessa rodovia por aproximadamente seis meses. Então, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a direção estadual do movimento, discutiram sobre algumas áreas/latifúndios improdutivos que eram possíveis de serem ocupadas. Entre estes latifúndios visitados estava uma fazenda a qual era denominada por Fazenda Mestiça, localizada a 19 Km do município de Rio Branco do Ivaí. O município de Rio Branco do Ivaí é um município pequeno com cerca de 5.000 habitantes, com a maior parte da população morando no campo e desenvolvendo práticas agrícolas. Além da criação de gado leiteiro e principalmente de gado de corte, também são produzidos/cultivados milho, café, soja, tomate e também o monocultivo de eucalipto, pois no município estão localizados grandes latifúndios. A Fazenda Mestiça era um grande latifúndio com cerca de 1.300 alqueires improdutivos.

No dia 1º de setembro do ano de 2007 foi realizada a ocupação desta fazenda, a qual contou com a participação dos que estavam acampados na BR 466 e com militantes Sem Terra de vários outros acampamentos e assentamentos, os quais contribuíram com esse momento. Este ato foi realizado por mais de 900 famílias, sendo assim a fazenda que era denominada por Mestiça passou a ser chamada de Acampamento 1º de Setembro, recebendo este nome em homenagem ao dia em que a área foi ocupada.

As famílias então começaram a construir suas casas, plantar e cultivar alimentos, criar animais e a organizar-se coletivamente, porém em meio a tantas lutas e conquistas houve a reintegração de posse por parte do proprietário da fazenda, ou seja, o proprietário conseguiu recuperar a fazenda, sendo assim as famílias acampadas tiveram que deixar suas casas (barracos) e tudo o que tinham construído até então. As famílias foram levadas para outro acampamento vizinho por alguns dias. Após alguns dias desde a reintegração de posse as famílias resolveram reocupar a fazenda no dia 30 de

dezembro de 2007 e retomar as suas casas/barracos, plantar e colher em seu pedaço de terra, porém, a reocupação contou com um número bem menor de famílias, pois devido a todos os acontecimentos que tinham ocorrido, tais como, a perda de muitas das coisas que possuíam no momento de despejo, o medo que passaram, as dificuldades, fez com que várias famílias desistissem e fossem embora, diminuindo significativamente o número de famílias acampadas.

Depois de recuperar seu espaço e tudo que haviam construído, superando as dificuldades do despejo, as famílias foram lutando por novas causas, com o intuito de melhorar cada vez mais a situação das famílias que ali residiam.

Após muitas conquistas e lutas realizadas pelos acampados no decorrer de seis anos de acampamento, no dia 20 de dezembro do ano de 2013, a fazenda foi destinada como uma área para fins de Reforma Agrária. Então o Acampamento 1º de Setembro se torna um Pré-Assentamento⁴, o qual recebe o nome de Egídio Brunetto. Recebeu este nome em homenagem a um militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra chamado Egídio Brunetto, conhecido por ser um colecionador (e distribuidor) de sementes agroecológicas e também era membro da direção nacional do MST, falecido no dia 28 de novembro de 2011. Felizmente as notícias boas prosseguiram, tanto que alguns meses depois, em fevereiro de 2014 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comprou a área que foi fruto de grande luta e resistência por parte dos militantes do MST, conquista essa que foi comemorada com grande alegria por todos no dia 28 de julho de 2014, neste dia foi realizada uma grande comemoração e confraternização na qual também houve o sorteio dos lotes e então o local finalmente passa a ser chamado Assentamento Egídio Brunetto.

Desde então todas as famílias que moravam no centro comunitário⁵, foram mudando-se para seus respectivos lotes, onde começaram a construir casas, fazer plantios variados tais como, feijão, arroz, mandioca, batata, batata-doce, abóbora, diversas verduras e árvores frutíferas, porém tudo em pequena escala. Muitas vezes as famílias produzem somente para subsistência e venda do excedente, mas também há alguns que produzem apenas para a venda como por exemplo, a soja, cultivando a terra e

4 Imóvel rural específico destinado para fins de Reforma Agrária, porém, as famílias ainda não foram para seus respectivos lotes.

5 Parte central da comunidade, onde encontra-se a escola, igreja, mercado, lanchonete, campo de futebol, barraco/casa onde as famílias acampadas/assentadas residem, etc...

cuidando de animais, mantendo uma boa convivência e os princípios organizativos do movimento, a organicidade e o cuidado com a terra e com a vida, além de estarem presentes nos momentos de várias lutas que surgiram no assentamento, pois além de lutarem pela terra, várias outras lutas se fizeram necessárias como por exemplo o acesso à saúde, educação, estradas, transporte e várias outras políticas públicas das quais todos necessitavam.

Além da luta pela terra e o acesso à mesma na fase de acampamento, outras lutas importantes foram vivenciadas pelas famílias desse Assentamento, como a luta pela construção da escola dentro do próprio acampamento. Desde o momento da ocupação da área, além de adultos também havia uma grande quantidade de crianças em idade escolar, assim como também muitos jovens e adolescentes. Como o acampamento tinha acabado de se formar, não existia escola, a escola mais próxima era localizada em um distrito, o distrito Porto Espanhol com cerca de 14 Km de distância do acampamento, sendo assim os alunos começaram a estudar nesta escola. Mas infelizmente a população do município e também desta comunidade não conheciam e não compreendiam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e suas propostas, princípios, etc., dando origem a um grande problema, pois as crianças começaram a ser vítimas de muito preconceito tanto pelos alunos como pelos próprios professores da escola, dificultando o aprendizado das crianças que sofriam muito e não queriam mais participar das aulas devido aos grandes transtornos que passavam.

Diante de todos estes fatores os pais das crianças e o acampamento como um todo preocupou-se com essa situação, tanto que estas questões como outras que surgiram foram decisivas e essenciais para dar início a uma nova luta, a luta por uma escola dentro do Acampamento, com uma educação que valorizasse o sujeito do campo como classe trabalhadora, relacionando teoria e prática, além de relacionar os conteúdos sistematizados com a realidade do aluno, trabalhando valores humanistas, valorizando sua identidade e cultura, entre outros. Foi um período longo, o qual se iniciou em 2007 e contou com muitas reuniões, debates, discussões e dificuldades, pois no acampamento não havia profissionais ou pessoas com experiência pedagógica, sem contar que no acampamento eram escassos os recursos financeiros. Porém, as dificuldades pouco a pouco foram sendo superadas dando início à construção da escola. Em 2008 a Escola

Itinerante⁶ Construtores do Futuro estava construída, com muita união e organicidade, uma escola localizada dentro do acampamento, ligada à classe trabalhadora, reconhecendo e valorizando o sujeito do campo a partir de sua realidade, uma escola com métodos e práticas diferenciadas da escola tradicional.

A escola foi organizada com base nos Ciclos de Formação Humana, o qual trabalha especificamente com a realidade do educando, o meio em que está inserido e com a realidade da sociedade como um todo, mas focando principalmente na realidade local. De acordo com o PPP (Projeto Pólitico Pedagógico) do Colégio Iraci Salete Strozak (2012)

Ciclo é movimento, não nos deixa parados, é processo, é relação, é agrupar e reagrupar-se para aprender e ensinar. O currículo por Ciclos vem para renovar os métodos de organização e de ensino. Se a estrutura curricular por Ciclos nos remete a pensar sobre os sistemas de ensino, também nos permite pensar sobre a intervenção didática. Os Ciclos exigem de nós educadores um novo olhar sobre o sujeito aprendente e nos desafiam para novas concepções e métodos de avaliação como, por exemplo, a promoção e não o fracasso dos sujeitos. (PPP DO COLÉGIO IRACI SALETE STROZAK, 2012, p. 03)

Os Ciclos de Formação Humana dispõe de vários métodos avaliativos tais como pareceres descritivos, caderno de avaliação, portfólio, pasta de acompanhamento, assim como também outros elementos o compõe como a classe intermediária, agrupamento e reagrupamento (os quais são métodos que proporcionam recuperação aos educandos que possuem mais dificuldades de aprendizagem na turma, elementos estes que possibilitam que o educando recupere e que tenha um estímulo a mais do que o obtido em sala de aula com sua turma, não ocasionando a retenção dos mesmos), são métodos que auxiliam e potencializam o ensino, sendo essa uma forma dos pais e comunidade estarem inseridos na vida escolar de seus filhos, participando e conhecendo melhor a proposta desenvolvida na escola.

Como a estrutura da escola era precária (pois a mesma foi construída com mínimas doações e madeiras de eucalipto, retiradas pelos próprios acampados, e como não tinha recursos para fazer piso, as salas de aula ficaram de chão batido, o qual dificultava bastante em dias muito quentes devido a poeira). No decorrer do tempo foram realizadas melhorias e reformas deixando o ambiente mais agradável e facilitando o estudo e formação dos sujeitos que daquele espaço faziam e fazem uso.

Quanto aos professores e funcionários, os mesmos não tinham formação

⁶ São escolas que se localizam nos acampamentos do MST, são itinerantes, pois acompanham o acampamento para onde o mesmo for, assim como a luta pela terra e pela Reforma Agrária.

pedagógica. Portanto as pessoas que foram selecionadas (pela direção e coordenação do acampamento) para contribuir na Escola Itinerante foram capacitando-se para desempenhar tal função, os quais de início participaram de um curso de formação o qual durou um mês no município de Ortigueira- Paraná (no acampamento Maila Sabrina). Após retornarem desta formação deram início aos trabalhos na escola itinerante, atuando como educadores dos anos iniciais do ensino fundamental.

O quadro de funcionários contava com educadores, cozinheira e um coordenador pedagógico (o qual tinha formação pedagógica), os mesmos participaram de muitos encontros, fazendo magistério (formação de docentes). O único curso que habilita profissionais na área da educação no município, na localidade não se encontra cursos e faculdades à distância, (há somente nos municípios vizinhos maiores). Como a escola ainda estava em processo inicial e os educadores não tinham formação específica, os mesmos contribuíam na escola e alguns trabalhavam voluntariamente, os quais não recebiam um salário e sim uma ajuda de custo, a qual era bem baixa e no decorrer do tempo, gradativamente foi aumentando.

No decorrer do tempo houve muitas mudanças na escola, tanto na infraestrutura (a escola foi reconstruída, foram feitos pisos e a mesma melhorou significativamente) como no quadro de funcionários. Atualmente, no Assentamento, a escola possui professores PSS e concursados, diretor, cozinheiras, secretários, serviços gerais, etc. A escola que antes era itinerante, hoje em dia é escola municipal e colégio estadual. A qual atende 127 alunos e conta com 24 professores, sendo 07 da rede municipal e 17 da rede estadual.

Em todos esses momentos as mulheres fizeram-se presentes participando e contribuindo em todas as tarefas e atividades desenvolvidas pelo assentamento, desde as primeiras reuniões e discussões até os momentos de concretização das reivindicações, também nos momentos organizativos, festas, comemorações, marchas, contribuindo em cozinhas, mutirões, trabalhos voluntários, debates, reuniões, pois no Assentamento e no movimento MST como um todo, é priorizado a questão da igualdade entre homens e mulheres, incluindo as mulheres nos diversos momentos de lutas, vitórias e conquistas.

Muitas barreiras já foram superadas, mas ainda há casos em que a mulher só ganha papel de destaque e reconhecida importância quando a mesma assume papéis na coordenação e direção do acampamento ou assentamento. De acordo com Medeiros (2008)

No entanto, muitas vezes, a ênfase na dimensão conflitiva da criação dos assentamentos acaba por, contraditoriamente, silenciar alguns de seus atores e as diferentes perspectivas com que se engajam nas lutas. É o caso da presença das mulheres, muitas vezes somente evidenciada quando elas ganham destaque como lideranças. (MEDEIROS, 2008, p. 10)

No acampamento/assentamento é priorizado a igualdade entre homens e mulheres também na participação da coordenação e direção, porém muitas vezes as mulheres deixam de participar por terem outras tarefas como por exemplo o caso de quem tem filhos pequenos.

Porém ainda encontra-se muito machismo em algumas famílias, muitas vezes os homens não deixam ou dificultam a participação de suas parceiras em atividades no Assentamento, principalmente quando as mesmas tem a oportunidade de participar de encontros e mobilizações em outros municípios e outros espaços. Por esses e diversos outros motivos há uma participação menor das mulheres, principalmente em funções mais importantes no Assentamento. Em algumas famílias ainda é muito presente o patriarcalismo onde apenas o homem é visto como o chefe da família e a mulher e geralmente as filhas acabam se submetendo a diversas formas de submissão. Inclusive na divisão sexual do trabalho, onde o homem desempenha o trabalho considerado por ele como algo pesado e produtivo e a mulher desempenha as funções consideradas mais fáceis e leves como o trabalho doméstico, pois mesmo que realize trabalho que requer força e tempo, seu trabalho muitas vezes é desvalorizado. “[...] é invariável a convicção de que o trabalho feminino (percebido muitas vezes como ajuda) é de menor importância e, portanto, não deve ser remunerado da mesma forma”. (BORDALO, 2015, p. 03)

Muitas vezes as próprias mulheres tem atitudes e ideias machistas (pois muitas delas foram criadas assim), não reconhecendo seu próprio valor e importância e acabam aceitando a submissão como algo natural, devido nascerem e crescerem em famílias machistas e patriarcais as quais ensinaram as mesmas a serem submissas ao pai, irmão, marido, etc.

Assim como também há na comunidade muitas famílias em que há uma grande valorização da mulher e reconhecimento de seu papel importante tanto na família como na comunidade, incentivam as mulheres a desempenhar cada vez mais “papéis importantes”. Portanto, se faz necessário no Assentamento mais debates em torno de assuntos como estes, além de outros como gênero, igualdade, afim de superar algumas barreiras e preconceitos ainda existentes.

A direção e vários membros do Assentamento e da escola sempre incentivam as mulheres, jovens e todos que se interessam em estudar, pois com frequência abrem-se turmas e cursos disponibilizados para assentados, filhos de assentados em áreas de reforma agrária e integrantes de movimentos sociais, os quais são uma ótima oportunidade para oferecer maiores aprendizados e saberes, ampliando os conhecimentos já existentes, proporcionando aos mesmos uma melhor visão de mundo e de realidade, conhecimentos estes que de alguma forma voltarão para a comunidade. Na tentativa de que o jovem do campo estude e queira ficar no campo onde possa aplicar técnicas e contribuir no desenvolvimento do Assentamento.

3.2 O Assentamento Egídio Brunetto: sua organização

No decorrer destes dez anos, o Assentamento Egídio Brunetto passou por muitas mudanças em vários aspectos, com alguns avanços e retrocessos. As famílias passavam por muitas dificuldades no início do acampamento, na atualidade isso já não acontece com tanta frequência, pois as condições melhoraram significativamente, após a conquista da terra, acesso à créditos, recursos como a primeira parcela do fomento (recurso de fundo perdido que o Estado libera) e políticas públicas.

No início, (período de acampamento) o mesmo era organizado em núcleos de base (os quais são grupos de dez famílias), brigadas (grandes grupos formados por cinquenta famílias), setores (pequenos grupos, os quais cada um atendia uma especificidade do acampamento como: educação, saúde, infraestrutura, disciplina, higiene, alimentação, esporte, produção, finanças, cultura, comunicação), organização esta que prevalece até os dias de hoje, porém, não com a mesma intensidade.

Esta forma de organização possibilitava um repasse mais rápido das informações, visto que a direção é formada por um grupo menor de pessoas os quais discutem sobre decisões importantes para o local como um todo, já a coordenação é formada pelos coordenadores e coordenadoras dos núcleos de base e dos setores. Estes contribuem nas discussões e tomadas de decisões, enquanto que os setores são grupos formados cada um com uma finalidade, por exemplo: setor da saúde, tem a finalidade de encaminhar e discutir relações referente à saúde do Assentamento, como cuidar e manter a farmácia da comunidade, organizar as consultas e visitas do médico, dentista, etc.

O Setor de Educação tem como função discutir e encaminhar questões diversas referentes à educação, como transporte escolar, reuniões, organizar mutirões para limpeza do espaço da escola, entre outros. O setor de alimentação tinha como tarefa organizar a distribuição de cestas básicas que eram disponibilizadas para as famílias (principalmente no início do acampamento, onde as dificuldades eram maiores), organizar, preparar e servir a alimentação nos encontros e mobilizações que o acampamento/assentamento participava.

O setor de infraestrutura tinha como função cuidar da parte elétrica e da água, encanamentos e manutenção de minas d'água do acampamento. Já o setor de higiene assumia a função de cuidar da limpeza do acampamento, os membros do setor organizavam mutirões coletivos de limpeza em todo o acampamento, realizam coletas de lixo o qual era destinado a um lugar determinado. O setor da disciplina era responsável por manter a ordem no acampamento, os membros deste setor faziam ronda toda noite para certificar que tudo estava bem, também eram responsáveis pela segurança do local em dias de festas, bailes e comemorações. Esporte também era um setor o qual tinha por finalidade organizar jogos, torneios e várias formas de entretenimento e lazer para as famílias do acampamento.

Produção também era um setor do acampamento, setor este que desempenhava funções como por exemplo organizar mutirões de plantio e colheita de lavouras coletivas (para arrecadar fundos para necessidades do acampamento e futuros encontros, marchas, mobilizações entre outros eventos). O setor da finança tinha como função cuidar da parte financeira da comunidade (o coordenador deste setor era alguém que contribuía no mercado do acampamento, o qual repassava nas reuniões o balanço do mercado para toda a comunidade. Pois era do mercado e da lanchonete onde retirava-se grande parte dos recursos utilizados em encontros, marchas, mobilizações, seminários que o acampamento participava), os membros deste setor ficavam responsáveis na venda e entrega de produtos em dias de festas, bailes e comemorações. Já o setor da cultura era responsável pela ornamentação e embelezamento do acampamento principalmente em dias festivos e de comemorações, contribuindo na organização das festas, místicas e momentos culturais que eram realizados na comunidade. Comunicação também era um setor, o qual tinha como principais membros os jovens da comunidade, os quais ficavam responsáveis, em ajudar na comunicação e organização de eventos, confeccionando,

cartazes, faixas, placas, entre outros, tanto dentro do acampamento como em outros espaços em que as famílias do acampamento participavam.

Esta forma de organização sempre foi muito útil e funcionou muito bem no período de acampamento, onde há muito companheirismo e coletividade entre as famílias acampadas, pois todos lutavam pelas mesmas causas principalmente pela luta pela terra, porém, após o local tornar-se um assentamento estas formas organizativas deixaram de funcionar.

Atualmente os setores não funcionam da mesma forma (pois praticamente quase todos deixaram de existir/funcionar), apenas a direção e coordenação permanece realizando as reuniões (não com a mesma frequência de antes), pois quando a área torna-se assentamento geralmente as famílias ficam mais individualistas, onde cada uma busca formas para melhorar seu lote e seus interesses, deixando de lado a prática de alguns valores e ações praticadas em período de acampamento.

4 A LUTA COMO ASSENTADA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: A VIDA NO ASSENTAMENTO E SEUS DESAFIOS E CONQUISTAS

As mulheres do Assentamento Egídio Brunetto, participaram de muitas lutas pelo acesso à terra, pois são militantes do Movimento MST, o qual tem a luta pela terra como um dos principais objetivos, porém é preciso assegurar a permanência na terra. A vida no assentamento possui muitos desafios e conquistas vivenciados pelas mulheres que desta organização fazem parte. Portanto a realização deste trabalho contou com a participação de mulheres do referido assentamento, as quais contribuíram participando de entrevistas realizadas no intuito de contribuir e ampliar os conhecimentos referente ao ponto de vista que elas têm de sua contribuição e participação quanto ao acampamento/assentamento e sua organização. As entrevistas foram realizadas com mulheres que residem no assentamento desde seu período de acampamento, com idades entre 23 a 60 anos, as quais são todas casadas ou vivendo em união estável, das quais apenas uma não tem filhos. A escolarização delas varia, entre anos iniciais do ensino fundamental á ensino superior.

A vida no assentamento diferencia-se em muitos aspectos da vida no acampamento, pois muda vários fatores como por exemplo as atividades e o cotidiano das famílias. Assim relata uma entrevistada:

Agora nossa vida mudou bastante, antes, no acampamento não dava pra se produzir muitas coisas, por que não tínhamos condições e era tudo muito incerto, agora é diferente, da pra plantar o que quiser. Aqui em casa todos se ajudam em tudo, para fazer todos os trabalhos, tanto dentro de casa, como os trabalhos na lavoura. Sempre faço questão de que todos também ajudem dentro de casa, para que valorizem o trabalho e também por que todos irão usufruir deste trabalho. Aqui no lote eu faço muitas coisas, cuido da casa, trato de animais, tiro leite, trabalho na lavoura, mas também tenho momentos de estudo e lazer, passeio na casa de parentes e amigos, sem deixar de participar da comunidade, na igreja, nas reuniões, assembleias, mutirões (quando têm), festas e muitas mobilizações que o assentamento participa, por que mesmo depois de ganhar o lote é muito importante continuar participando, por que a luta não pode parar. (J., assentada)

Morar em um assentamento de reforma agrária, inclui a participação e contribuição em muitos momentos distintos, momentos que são cheios de significados e importância para o povo do campo, como a participação em mobilizações, as quais contam com pautas que beneficiam os assentados, como exemplo as jornadas de agroecologia⁷, as

7 Evento anual, com a participação e contribuição do MST entre outros movimentos sociais e entidades. O

quais proporcionam aprendizados e troca de saberes da vida no campo de uma forma mais saudável e agroecológica, momentos de místicas, as quais retratam a vida e situações vivenciadas pelos povos do campo, militantes, mulheres camponesas, etc...“[...] morando aqui já participei de eventos que antes eram desconhecidos. As vitórias e conquistas que já tivemos compensam as dificuldades e dão força para continuarmos lutando por novos objetivos e condições melhores para nossa família e comunidade”. (F. , assentada)

Após o acampamento tornar-se um assentamento de reforma agrária, muitos desafios, limites e dificuldades foram superados, porém, surgiram novas demandas após a conquista da terra, pois agora ainda são necessárias novas lutas pela permanência no lote. Ainda há muitas dificuldades, como por exemplo falta de emprego e com a falta de recursos agrícolas muitas famílias não conseguem investir em seus respectivos lotes, fazendo apenas o mínimo possível. Portanto, se faz necessária muitas lutas em busca de créditos do governo, financiamentos, etc. “ [...] Já participamos e organizamos muitos atos em prol do nosso assentamento, foi necessário muitas lutas para chegar até aqui, mas ainda precisamos e devemos continuar lutando, para melhorar cada vez mais, por que ainda falta muitas coisas”. (Z. , assentada)

No Assentamento houve muita participação e interesse por parte das mulheres em todos os diversos momentos pelos quais a comunidade já passou. Como relata uma entrevistada:

As mulheres muitas vezes parecem ter mais vontade de ganhar terra do que o marido, pois sofrem mais, cuidam das casas, crianças, trabalham na lavoura, ajudam a organizar o acampamento e assentamento, participam de todos os momentos, sempre ajudando, gostam de plantar e mexer na terra, principalmente de forma agroecológica, sem uso de venenos, por que é mais saudável para as crianças e toda a família. Sempre lutam e muito, apesar de toda dificuldade que passam (fome, frio e falta de muitas coisas) veem sua família, vizinhos e companheiros passando por isso tudo também, para ter onde plantar e tratar dos filhos e com isso ajudam a incentivar de várias formas o companheiro, a família e toda a comunidade para que a terra seja conquistada e que ninguém desista deste sonho, pois sempre querem que as coisas melhorem. (V. , assentada)

As mulheres camponesas têm em seu histórico muita luta e resistência, para que hoje se tenha acesso a muitos direitos dos quais foram negados às mesmas por um longo período de nossa história. Portanto é evidente que a participação das mulheres foi muito

qual proporciona aprendizados e troca de conhecimentos referente a vida no campo de forma mais sustentável e agroecológica. Reforçando a necessidade da agroecologia e a resistência contra a transgenia e uso de agrotóxicos.

importante e útil para a organização e desenvolvimento tanto do MST, como dos inúmeros acampamentos e assentamentos em áreas de reforma agrária, inclusive no assentamento Egídio Brunetto, pois todos os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no qual inclui mulheres, homens, jovens e crianças Sem Terrinha⁸ lutam pelas mesmas causas, afim de que a luta pela terra, assim como a reforma agrária e a transformação social de fato auxiliie na realização de sonhos, de construir um futuro melhor para estas famílias do campo, que buscam no campo um lugar melhor para viver.

8 Filhos de acampados/assentados, os quais também participam de todos os momentos de lutas e reivindicações pela terra, Reforma Agrária, transformação social, etc.

5 A FORMAÇÃO DE UMA CULTURA CAMPONESA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO/EDUCAÇÃO POPULAR.

Educação do Campo e Educação Popular são pedagogias de educação as quais formam a classe camponesa e demais classes populares além de contribuírem para a formação de uma cultura camponesa, pois objetivam levar a educação a todos os povos, incluindo campo e cidade (no caso da educação popular), valorizando a identidade do sujeito do campo, bem como seus costumes, valores, cultura, igualdade de gênero, etc.

Com o intuito de aprimorar e ampliar os conhecimentos que estes povos já possuem, proporcionando aos mesmos um novo olhar diante da sociedade a partir de sua realidade, buscam formar sujeitos mais críticos e pensantes, além de contribuir para a formação de uma consciência camponesa, no caso dos movimentos sociais por reforma agrária, levando novos saberes a este “povo camponês” que há muito tempo vem lutando por uma educação de qualidade nos lugares onde vivem, uma educação pensada com o povo do campo e para o povo do campo. Estes sofriam com o modelo tradicional de educação, o qual apenas reproduzia conteúdos e saberes trabalhados com a população urbana, o qual muitas vezes apenas visa formar sujeitos para a mão de obra e força de trabalho, ao invés de lhes proporcionar conhecimentos para formar sujeitos mais ativos e pensantes na sociedade. Portanto a Educação do Campo traz em si a identidade destes povos/sujeitos do campo. De acordo com Caldart (2002)

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. (CALDART, 2002, p. 27)

A educação do campo surge com o intuito de quebrar barreiras e tornar o campo não apenas um lugar de morada e trabalho, rompendo com a ideia de que o campo é visto como um lugar de atraso, mas sim um lugar onde os sujeitos possam viver, ter momentos de lazer e cultura, realizar seu trabalho, desenvolver e possibilitar técnicas que facilitem e melhorem suas vidas neste local e fazer do campo também um lugar de formação, que possibilite aos sujeitos uma formação crítica, política, reforçando seus

valores, costumes e a identidade comum que todos possuem, a de sujeitos do campo.

Portanto a vida no campo é lugar de diferentes culturas, pois são diversos os povos que fazem do campo seu lugar de viver, tirando seu sustento, moradia e trabalho, desenvolvendo e praticando a agricultura como seu modo de vida. Entendemos agricultura como define Tardin (2012), agricultura vem “[...] do grego *ager* e do latim *colere*, que significa cuidar do campo, criar no campo, cultivar o campo – como expressões diferenciadas das relações das campônias e dos campônios no campo e com o campo.” (TARDIN, 2012, p. 179). Deste ponto de vista, podemos afirmar que os camponeses seriam aqueles que estabelecem uma relação muito forte com a terra e com o campo, na realização de diversas atividades como plantar e colher, cuidar da terra, criação de animais e até mesmo a união das famílias camponesas moradoras em comunidades, acampamento e assentamentos.

Os povos do campo também possuem um forte vínculo com a natureza, pois precisam dela para sobreviver, retirando recursos e adequando-a às suas necessidades. Tardin (2012) afirma que

O mundo camponês é formado por ecossistemas complexos, dos quais é preciso recolher e/ou transformar os materiais da natureza para assegurar a satisfação das necessidades vitais e a reprodução social. A paisagem natural vai sendo aculturada com os cultivos agrícolas, a criação de rebanhos e o extrativismo florestal, que envolvem o manejo de incomensurável biodiversidade e agrobiodiversidade. A cada uma dessas espécies, de uso alimentar, condimentar, medicinal, ornamental; fibras e madeira; espécies necessárias à fertilização e à proteção de fontes, rios e solo; ou que precisam ser mantidas visando a fins conservacionistas e de preservação, corresponde uma multiplicidade de conhecimentos e saberes relativos aos seus manejos e usos, e dos instrumentos de trabalho utilizados em cada situação. (TARDIN, 2012, p. 180)

Porém, além de utilizar a natureza e seus recursos, extraindo desta a água e diversas matérias prima, também observa-se uma preocupação de parte da maioria dos camponeses em protegê-la, cuidando do solo e das nascentes e vertentes de água. Tanto que em acampamentos e assentamentos em áreas de reforma agrária é muito reforçado o uso e desenvolvimento da agroecologia, com técnicas e práticas que possibilitam ao camponês o cultivo da terra, extraindo da mesma seus frutos de forma mais natural e saudável, ao mesmo tempo em que não agride e sim protege a natureza e as águas, pois neste modelo alternativo de agricultura o qual se contrapõe ao modelo tradicional e burguês, muitas vezes proporciona aos povos do campo o ato de resgatar e criar laços com a terra e com a vida no campo e suas especificidades. Diferenciando-se do

agronegócio, o qual busca gerar lucros de todo modo, mesmo causando e gerando danos e malefícios aos seres humanos, à sua saúde, acabando com a fauna e flora, destruindo a natureza e seus recursos.

A relação das pessoas com a natureza possibilita um contato mais próximo com a mesma tornando esta relação própria e única além de caracterizar alguns traços desta cultura, a qual pode ser expressada de diversas formas tais como: músicas de diversos estilos, danças, poesia, teatro, bailes, festas, instrumentos musicais, causos, contos, histórias, lendas, artesanato, ritos, mitos, etc. (TARDIN, 2012, p. 181). Pois cada lugar traz consigo muitas características peculiares e os povos do campo vão sentindo-se parte deste determinado lugar, agregando, transformando, criando e recriando características específicas, tornando cada lugar único. Por exemplo os militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em fase de acampamento/assentamento, são na sua grande maioria camponeses que possuem grande relação com a terra e com a vida no campo, além de manterem relações sociais muito fortes, pois sempre há muito companheirismo e solidariedade entre as famílias nas mais diversas situações.

Portanto, entendemos camponeses, como sendo aqueles sujeitos que vivem no campo e fazem deste local sua morada e de onde tiram seu sustento, bem como possuem uma grande relação com a terra e com a vida no campo, este termo “camponês” também é muito utilizado pelo MST no sentido de ser um sujeito social.

Muitas características e traços marcam as culturas camponesas como as relações sociais, cuidados com a terra, partilha de sementes, diversidade, assim como o patriarcalismo que também é característico das culturas camponesas, onde a mulher sofre com a opressão, agressões tanto físicas como morais, e com a divisão social do trabalho, na qual a mulher realiza tanto trabalhos domésticos, como também realiza trabalhos na lavoura e na criação de animais, sobrecarregando-a. De acordo com Tardin (2012)

Outro traço geral das culturas camponesas advém do patriarcalismo constitutivo do paradigma historicamente hegemônico nas diferentes sociedades. É notória a supremacia do homem na hierarquia familiar e nas representações no espaço público. A divisão do trabalho segue tradicionalmente uma base sexual que em geral sobrecarrega a mulher; por isso, ela, ademais de cumprir com toda a gama de trabalhos de manutenção e cuidado da família no âmbito domiciliar, também executa um conjunto de trabalhos na produção agropecuária. (TARDIN, 2012, p. 182)

Essas formas de submissão da mulher fez com que por muito tempo não houvesse

valorização e reconhecimento de seu valor e de seu trabalho no campo e isso ocorreu em diferentes espaços, tanto dentro das próprias famílias, como nas comunidades e na sociedade como um todo, exigindo das mesmas diversas atividades “[...] amplos conhecimentos e habilidades vistos como obrigações de uma boa mulher e como ajuda ao marido”. (TARDIN, 2012, p. 182).

Portanto se faz necessário desconstruir na teoria e na prática essas formas opressoras nas relações de gênero. Observamos que vem se rompendo com essas formas de dominação patriarcal, cada vez mais dando espaço à igualdade de gênero, na qual a mulher vem assumindo papéis importantes em todos os âmbitos da sociedade, afim de acabar com o preconceito existente em todos os campos, econômico, social, político, cultural, etc. O campo foi, e em alguns casos continua sendo, palco de submissão tanto da mulher camponesa, como do camponês como um todo, pois são sujeitos muitas vezes deixados de lado pelas instituições governamentais, as quais prioriza os grandes latifundiários detentores de extensas áreas de monocultivo e muitas vezes o camponês também se submete à alienação do capital, acreditando ser essa a melhor maneira de viver e produzir. De acordo com Tardin (2012)

É notório, no presente, que a maior parcela do campesinato brasileiro se encontra subsumida na alienação e na manipulação ideológica, enquanto outra parte se situa no estado de consciência de classe em si e uma fração menor, mais significativa, toma a frente da sua organização e ação em movimentos sociais com clara consciência de classe para si, qualificando sua prática política e produtiva e traduzindo-a na elaboração autônoma do seu projeto de campo e de sociedade, em articulação e diálogo com os setores populares urbanos e outras forças sociais da classe trabalhadora e em interação internacionalista. Uma realidade tão clara e reveladora da sua significatividade histórica e cultural, e, ao mesmo tempo, tão oculta e ocultada. (TARDIN, 2012, p. 185).

Há tempos os movimentos sociais tanto urbanos como do campo vêm lutando para acabar com as desigualdades em todas as dimensões e propiciar uma vida de qualidade tanto para as classe populares urbanas como para a classe trabalhadora do campo, objetivando acabar com a alienação e possibilitar a estes sujeitos uma consciência de classe trabalhadora, reconhecendo seu valor e importância, desenvolvendo e construindo um projeto de campo e também de sociedade, valorizando seus traços identitários, o qual reconheça e contribua para melhores condições destes sujeitos. Tentando acabar com a alienação do povo camponês, o qual muitas vezes é manipulado e influenciado pela mídia e seus diversos meios.

Uma das maneiras de contribuir nesse processo é através da educação destes

sujeitos por meio da Educação do Campo e Educação Popular que desenvolvem pedagogias de educação para as classes populares do campo e da cidade. Boa parte dessas pedagogias são baseadas nas ideias defendidas por Paulo Freire (1921-1997) a qual propõe uma educação que contribua para a transformação social, proporcionando conhecimentos aos sujeitos, diferente do modelo de educação que exclui, domestica e aliena os sujeitos. Esse escritor, patrono da educação brasileira utiliza como ponto de partida os conhecimentos que os educandos já possuem, ou seja, trabalhando a partir de sua realidade que permite uma relação maior entre educador e educando possibilitando trocas de conhecimento, como um processo em construção.

Tais pedagogias tem por objetivo proporcionar novos conhecimentos e ampliar os saberes já existentes destes sujeitos, pois mesmo de maneira informal e através do cotidiano estas pessoas possuem grandes saberes. Sendo assim estas pedagogias de educação resgatam muitos valores para os povos do campo, desenvolvendo e proporcionando aos mesmos uma melhor visão de mundo, de realidade e de consciência camponesa, a qual valoriza todos os sujeitos, mulheres, homens, crianças e afins, rompendo com desigualdades e submissões e tornando as mulheres autoras da própria história, assim como todos os camponeses.

Esta educação busca valorizar e resgatar a cultura desses sujeitos, assim como contribui para a formação de uma cultura camponesa, repleta de simbologias, valores, costumes, tradições da vida agrária, etc., porém, com um olhar diferenciado, busca maiores conhecimentos, como por exemplo sobre igualdade de gênero, consciência de classe, conceitos e práxis que contribuem para a formação de uma cultura camponesa rica em saberes e cultura do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou retratar a importância da mulher camponesa na luta pela terra, o desenvolvimento do mesmo possibilitou uma análise e compreensão das lutas realizadas por estas mulheres as quais tinham o intuito de adquirir o direito ao acesso à terra e a permanência quando essa é conquistada. Portanto, este estudo trouxe vários elementos que contribuíram para esta análise, trazendo uma breve contextualização histórica das lutas realizadas pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo acesso e uso da terra e pela reforma agrária, lutas estas que iniciaram-se há décadas e continuam na atualidade, porém, com novas demandas, mas sempre objetivando o bem estar e melhorias para os sujeitos do campo, homens e mulheres camponeses. Para isso, foi necessário a abordagem de alguns conceitos importantes como gênero e patriarcado, camponês, Educação do Campo e Educação Popular, para que a análise fosse realizada, elementos esses que auxiliaram a compreendermos a luta da mulher à terra como sujeito que faz parte do campo, seu lugar de viver, morar e produzir.

Assim como também analisamos como se deu a contribuição e participação das mulheres do Assentamento Egídio Brunetto, tanto no período de acampamento, como na fase de assentamento, em que aparecem novos desafios, conquistas e objetivos, e como as mesmas atuaram e atuam na organização do referido Assentamento, identificando seus espaços de luta e resistência, pois para que a conquista desta área de reforma agrária acontecesse foi necessário muita luta e união das famílias camponesas, famílias estas com mulheres lutadoras, militantes que sempre incentivaram seus companheiros e companheiras do Movimento para que a luta não parasse e que o objetivo de ter acesso e uso da terra fosse alcançado. Observamos por meio dos relatos das entrevistadas que a luta pela permanência na terra com melhores condições e uma vida digna, trouxe “outras lutas” como o direito à saúde e à educação do campo.

Outro ponto foi a análise de como a educação do campo e a educação popular contribuem para a formação de uma cultura camponesa, pedagogias estas que buscam levar educação a todos os povos do campo, assim como também proporcionam novos conhecimentos e formação de consciência para as classes populares tanto urbanas como do campo.

O estudo contou com a realização de uma pesquisa de campo, a qual obteve dados empíricos sobre a trajetória de mulheres na luta pela terra, a qual possibilitou um melhor entendimento e compreensão sobre o tema de estudo com enfoque nas mulheres camponesas do Assentamento Egídio Brunetto.

Este estudo abordou assuntos, temas/problemas que não eram o propósito de estudo para esta pesquisa, para os quais seria necessário outros estudos para desenvolvê-los e compreendê-los de uma maneira mais clara e objetiva, pois como não eram foco desta pesquisa foram abordados de uma maneira mais ampla e geral, carecendo de aprofundamento maior a questão do patriarcado nos acampamentos/assentamentos de reforma agrária, a questão do machismo que se faz presente tanto no assentamento como no MST e sua organização, o conceito de camponês, bem como políticas públicas para a agricultura familiar e outros recursos para as famílias assentadas. Os quais deixamos para futuras pesquisas a serem efetuadas por outros pesquisadores.

No entanto, este estudo/trabalho contribuiu com aprendizados e conhecimentos para a minha formação, pois proporcionou estudos e leituras sobre temas e assuntos que fazem parte da minha realidade, mas que muitos eram desconhecidos para mim, ampliando meus conhecimentos sobre a Educação do campo, proposta de educação a qual também é desenvolvida na comunidade da qual faço parte, o Assentamento Egídio Brunetto, comunidade esta que traz em seu histórico muita luta e determinação para construir uma escola no campo e do campo, ligada à classe trabalhadora, que valorize o sujeito do campo, seus costumes, tradições, saberes, bem como sua realidade socioeconômica, educação esta que diferencia-se em muitos aspectos da educação tradicional.

Ter acesso a uma educação do campo foi resultado de empenho e esforço das populações do campo, que tinham por objetivo levar uma educação de qualidade a todos os sujeitos do campo. Sendo assim este estudo possibilitou um melhor entendimento e compreensão da educação do campo e como a mesma se faz presente nas comunidades e vida dos sujeitos do campo e como ela caminhou junto na luta das mulheres por acesso à terra, por meio da “dobradinha” educação popular/educação do campo.

REFERÊNCIAS

BONI, Valdete; MARQUES, Siomara A. et all (Orgs.). **Organização Produtiva de Mulheres e Promoção de Autonomia por meio do Estímulo à Prática Agroecológica**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BORDALO, Caroline. Ser mulher trabalhadora rural, ser mulher camponesa: uma análise das relações sociais de sexo, dominações e formas de resistência. In: I CONGRESSO LATINO AMERICANO DE TEORIA SOCIAL, 2015, Buenos Aires. **Tópico temático**, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2015.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. 4° ed. Brasília, DF, 2002.

PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Colégio Iraci Salete Strozak e Escolas Itinerantes: Ciclos de formação humana na escola, 2012.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

DEERE, Carmen Diana. Os Direitos da Mulher À Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Revisa Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, (1): p. 175-204, janeiro-abril/2004.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta et al. Na Trajetória Dos Assentamentos Rurais: Mulheres, Organização e Diversificação. In: NEVES, Delma Peçanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. (Orgs.). **MULHERES CAMPONESAS: Trabalho Produtivo e Engajamentos Políticos**, Niterói: Alternativa, 2013. p.195-216.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, Jan./Jun. 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, ADRIANA L; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 7-18.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 280-285.

STÉDILE, J.P; GORGEN, S.A. **A luta pela terra no Brasil**. 1º ed. Página Aberta Ltda. São Paulo, 1993.

TARDIN, José Maria. Cultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 178-186.

APÊNDICE A

Roteiro de questões para as entrevistas:

1- Nome:

2- Casada? Solteira? Separada?

3- Tem filhos? Quantos?

4- Escolarização?

5- Há quanto tempo é assentada?

6- Foi acampada?

7- Qual o objetivo ao entrar no Movimento Sem Terra ?

8- Quais foram as principais dificuldades enquanto acampada e qual o sentimento diante destas dificuldades?

9- Após a área tornar-se assentamento estas dificuldades foram supridas?

10- Houve um momento em que você e sua família pensaram em desistir do acampamento?

11- Houve companheirismo nos momentos de dificuldades enfrentadas no acampamento?

12- Qual foi sua experiência política mais marcante no período de acampamento e de assentamento?

13- Qual foi a sua contribuição no momento da ocupação da área?

14- Qual é sua contribuição nesta fase de assentamento?

15- De que forma você ajudou na organização do acampamento para que o mesmo “prosperasse” e alcançasse o objetivo de tornar-se um assentamento (uma área de Reforma Agrária)?

16- Você se sente contemplada no regimento interno do assentamento, assim como nas normas e regras do mesmo?

APÊNDICE B - Plano de Aula

(Plano elaborado com o intuito de retribuir à comunidade)

Sociologia / 1º ano - Ensino Médio

Tema Central	Conteúdo específico	Objetivos	Encaminhamentos Metodológicos	Avaliação	Recursos
Mulheres Camponesas na luta pela terra.	- Movimentos Sociais pela Reforma Agrária.	- Apresentar uma breve contextualização histórica das lutas dos movimentos sociais pela terra.- Compreender as lutas realizadas pelas mulheres camponesas, afim de assegurar seus direitos quanto ao acesso e permanência na terra. - Analisar a participação da mulher na conquista e organização do Assentamento Egídio Brunetto.	-Apresentação dos professores e alunos. -Apresentação do plano de aula. -Exposição dos conteúdos que serão abordados durante a aula. - Realizar leitura coletiva e debate do capítulo: Assentamentos Rurais e Gênero: Temas de reflexão e pesquisa. (Livro: Mulheres na Reforma Agrária). - Confeção de cartazes (recorte e colagens) retratando a mulher em situações de desigualdade e inferioridade e em situações onde a igualdade de fato acontece. - Vídeo: MMC (Movimento das Mulheres Camponesas). - Discussões sobre o vídeo assistido, relacionando o mesmo com a realidade das mulheres do Assentamento Egídio Brunetto.	-Apreensão do conteúdo abordado. -Interação nas atividades em grupo.(confeção de cartazes). - Realização das atividades propostas. -Participação nos momentos de debates e discussões.	- Quadro - Giz - Xérox - Livro didático - Cartolina - Tesoura - Data-show - Revistas para recorte - Canetão, etc...

Referências:

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, ADRIANA L; BUTTO, Andrea (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. p. 7-18.

RICARDI, Aline et al. **MMC - Movimento das Mulheres Camponesas**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NsgkNj8l_A>. Acesso em: 13 nov. 2017.